



Balanço do XXVI Congresso da Apeoesp

POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETARIAS

Balanço do XXVI Congresso da Apeoesp

Índice

Apresentação	5
Balanço	7
Congresso/Conferência burocráticos e sob a política de conciliação de classes	7
Publicações	17
Manifesto da Corrente Proletária na Educação ao Congresso Estadual da Apeoesp	17
<i>Tese da Corrente Proletária na Educação - Enfrentar a decomposição da educação com o programa proletário</i> ...	21

Apresentação

Este folheto é fruto da intervenção da Corrente Proletária/ POR, tese 2 , no Congresso e Conferência da Apeoesp. Tem sido uma tradição do POR extrair de sua atuação prática no movimento sindical as lições, tanto positivas quanto negativas. O objetivo é o de intensificar a luta contra a burocratização dos sindicatos e de rejeitar a velha política do reformismo de conciliação de classes. Neste Congresso e Conferência da Apeoesp, destacamos o erro de setores da Oposição de se unirem à burocracia em torno de um plano de lutas, voltado inteiramente à política de não enfrentamento aos governos pró-imperialistas (Bolsonaro, Doria) e, sim, de suposta pressão parlamentar e judicial.

O acerto da crítica que fizemos, no momento, veio à tona, dias após, quando Doria derrubou a liminar da Apeoesp contra a reforma da previdência, que reproduz, no estado de São Paulo, a drástica reforma de Bolsonaro/ Guedes. Durante o congresso, não poucas vezes, os burocratas repetiam “em time que está ganhando não se mexe”. Ao contrário, a Corrente Proletária insistiu na política de independência de classe e na unidade dos servidores nas ruas, por meio da greve, como a única via para derrotar a ofensiva dos governos privatistas e antinacionais.

A Corrente Proletária publica, neste folheto, o balanço, manifesto e a tese 2 . Entregamos à vanguarda classista esse material, visando a ampliar as discussões e construir a fração revolucionária no seio do professorado.

20 de fevereiro de 2020.

Congresso/Conferência burocráticos e sob a política de conciliação de classes

Entre os dias 7 e 9 de fevereiro de 2020, em Serra Negra, ocorreu o XXVI Congresso e a VII Conferência Estadual da Educação da Apeoesp. Tinham sido adiados em função da luta contra a reforma da Previdência de Dória. A mudança para o início do ano letivo causou a redução do número de delegados, mas se tratou de um adiamento necessário. Certamente, tal redução também se deu em função do atraso político do professorado, que ainda não é capaz de ver a importância da participação no Congresso. Como os congressos da Apeoesp são, há décadas, burocráticos e distracionistas, uma parcela de delegados não vê a importância de comparecer e travar o combate à política da direção sindical.

Com menor número de participantes, esperava-se que o congresso pudesse cumprir a função de organizar a luta. No entanto, não foi o que ocorreu. A direção majoritária impôs total controle sobre os delegados. Impediu o debate democrático das 18 teses do caderno. Organizou todas as atividades para que os delegados ouvissem as suas ide-

ais reformistas, contidas na tese 1, e votassem em suas propostas nas plenárias finais. Assim, manteve os mecanismos burocráticos como: a tese 1 sendo a tese guia nas atividades; mesas de debate com oradores de partidos legalizados e aliados eleitorais do PT; grupos de debate com temas incompletos; pouco tempo para apresentação de outras teses e emendas à tese guia; corte das posições minoritárias, que não obtivessem 20% dos votos nos grupos; tempo limitado para cada tema, tanto nos grupos, como nas plenárias gerais. Finalmente, apresentação de relatórios deformados vindos dos grupos, colocando para o final as emendas aprovadas pelos setores minoritários.

Tudo isso não era novidade. O que vem causando surpresa é a conduta de setores da oposição, que vêm deixando de travar um duro combate a esse tipo de congresso. Ao contrário, acabam se sujeitando às regras impostas pela burocracia, em troca da presença de um ou outro representante seu nas mesas de debates. Espertamente, a burocracia transferiu, para o Conselho de Representantes (CR), onde possui a grande maioria, a discussão sobre o regimento e formato do congresso. Evita, assim, iniciar o congresso com polêmicas. No CR, apresentou a proposta de convidar o ex-secretário de educação, Gabriel Chalita, e um ex-membro do Conselho Nacional de Educação, Cesar Callegari. Diante dos protestos da oposição, aceitou substituir Chalita, mas não Callegari. Setores da oposição, como o PSOL, também não se opuseram à indicação de Callegari.

Como se vê, a oposição não tem comparecido como uma força contrária ao burocratismo da Apeoesp. O mais grave foi selar um acordo, em torno de um plano de lutas proposto pela burocracia cutista, baseado no puro denunciamento dos governos. Um calendário submetido ao eleitoralismo burguês, contendo apenas um dia nacional de luta, e somente da educação, em 18/03. Esse corporativismo anunciado é incapaz de combater qualquer reforma privatista e da Previdência dos governos Doria/Bruno Covas/Bolsonaro.

Esse “consenso” visa tão somente a retomar a velha po-

lítica reformista da colaboração de classes. Esta política nefasta da burocracia foi denominada pela maioria dos setores da Oposição de “amadurecimento” e democratização da Apeoesp. A Corrente Proletária, tese 2, não fez parte desse acordo, e criticou a conduta da Oposição.

Estupidez e eleitoralismo dos defensores da tese 1

Na apresentação das teses, os delegados defensores da tese 1, mostraram o apoliticismo, portando-se como simples “levantadores de crachás e cartazes da chapa 1”. Iniciaram os festejos e passaram a desfilar dentro do plenário com os cartazes, ignorando, assim, a apresentação das teses de oposição. Fato que se agravou no momento da apresentação da tese 2, da Corrente Proletária/POR, obrigando as teses oposicionistas a se manifestarem contra tamanho desrespeito e atraso político. A conduta dos delegados da tese 1, além de ser antidemocrática, expressou o início da campanha eleitoral da chapa 1, onde a eleição está prevista para final de maio.

Objetivo das mesas temáticas: manter o reformismo da tese 1 e a política de oposição propositiva dos sindicatos

No segundo dia do congresso, ocorreram as mesas de debate. A presidente da Apeoesp e deputada, Maria Izabel de Noronha, distribuiu uma revista com seus 100 dias de mandato. Pôs às claras, assim, o uso do sindicato para a política do PT, e de sua própria carreira parlamentar. O sindicato, ao invés de expressar a política de independência de classe dos órgãos do Estado, se torna correia de transmissão da política burguesa.

As mesas de debates objetivaram tão somente a reforçar a política do reformismo. Prevaleceu o denunciamento em relação ao governo Bolsonaro e Dória. E se voltaram a mostrar a necessidade de uma “alternativa”, governamental, que viria do processo eleitoral.

O filtro autoritário imposto aos Grupos de Trabalho

No sábado, ocorreram os Grupos de Trabalho. Dos 10 grupos, a Corrente Proletária esteve presente em seis. Nesse congresso, a burocracia foi mais rígida quanto à composição dos grupos, não permitindo que as teses oposicionistas pudessem escolher os grupos. Assim, as correntes oposicionistas estavam dispersas em vários grupos. Com o critério de 20% para aprovação de emendas, geralmente, a oposição se vê obrigada a votar em emendas que não são de sua tese para que posições minoritárias tenham o direito de se expressarem no plenário. Nesse congresso, em alguns grupos, como o 10, 7 e 1, a Oposição também se dividiu, votando inclusive contra as emendas da Corrente Proletária. Mesmo assim, a Corrente Proletária conseguiu a aprovação de algumas de suas propostas.

Nos grupos, foram aprovadas as seguintes emendas: 1) defesa da greve geral para enfrentar as contrarreformas de Bolsonaro e a reforma da Previdência de Doria; 2) defesa do salário mínimo vital, calculado pelas assembleias; 3) combate a todo tipo de opressão sobre as mulheres, negros, índios e homossexuais, destacando que a raiz de toda a forma de opressão está na sociedade de classes, portanto, no capitalismo. Na questão do Balanço e do Sindical foi defendida a substituição total dos dois textos, pelo texto da tese 2, haja vista a colaboração do sindicato com o governo na implantação do Inova, PEIs, etc. Mas, as emendas da Tese 2, do Plano de Lutas, aprovadas, foram impedidas de ser apresentadas no plenário, pelo critério burocrático do “decurso de prazo”.

Um Plano de Lutas oposto às necessidades dos trabalhadores

A maioria dos delegados teve acesso ao Plano de lutas no momento dos debates nos grupos. Tratava-se de um plano acordado com alguns setores da Oposição. A justificativa da burocracia era de que precisava preservar a

unidade entre as correntes que compõem a direção do sindicato, através de um plano possível de ser defendido e de fácil compreensão dos professores.

Esse plano de última hora criou muita confusão nos grupos, dificultando mais ainda o debate e apresentação de emendas ao seu conteúdo.

A Corrente Proletária rejeitou integralmente o plano consensuado, por se tratar do mesmo calendário acordado com a CUT, que prevê algumas mobilizações em dias específicos, como 8 de março (dia da mulher) e 18 de março (Dia de mobilização nacional do funcionalismo). Visava tão somente a denunciar as medidas antipopulares e antinacionais do governo Bolsonaro, portanto, não estava voltado a preparar a greve geral para derrotar as contrarreformas e defender os empregos e salários. Sequer apontava pelo 1º de Maio unificado. Mostrou que tal plano, na realidade, servia para “desgastar” os governos, objetivando as eleições municipais e a presidencial em 2022. Por fim, apresentou a emenda ressaltando a importância de organizar a greve geral, tanto para derrotar as contrarreformas de Bolsonaro, como as de Dória e Covas. Essa foi uma emenda que obteve os 20%, e que, pelo regimento burocrático, não pôde ser defendida no plenário, por não constar no relatório final e, quando colocada, ficar vencida por “decorso de prazo”.

Finalmente, na plenária, em função do acordo com a Oposição, o plano de luta da CUT foi aprovado pela grande maioria dos delegados.

A conclusão é a de que o Congresso não serviu para preparar os professores, e se colocar pela unidade com os explorados para enfrentar os ataques dos governos francamente pró-imperialistas. Lamentavelmente, setores da oposição se enfileiraram por trás da política reformista do PT. Sem se diferenciar da burocracia quanto às respostas às medidas antinacionais e antipopulares, e ao método de combate, não será possível construir esse polo opositor.

Uma divergência restrita ao campo eleitoral burguês

A bandeira de “Fora Bolsonaro”, defendida pelas correntes, em particular o PCO, foi discutida no plenário. A bandeira pressupunha a defesa de novas eleições, “livres e democráticas”. A burocracia, tese 1, se contrapôs, com o argumento de que era preciso garantir a governabilidade de Bolsonaro, e substituí-lo com as eleições legítimas. Portanto, caberia a todos denunciar cada passo do governo, e deixá-lo se desgastar, até as eleições em 2022. E que a bandeira do “*Fora Bolsonaro*”, para ela, significa defender a sua substituição pelo vice Mourão. A Corrente Proletária se opôs e defendeu a bandeira de “*Abaixo o governo Bolsonaro, militarista e fascistizante*”, mostrando que essa bandeira implicava em luta nas ruas contra seu plano antinacional e antipopular.

No entanto, a mesa espertamente colocou em votação somente as duas propostas das correntes majoritárias que faziam parte do acordo.

Posição passiva diante da greve dos petroleiros

Diante da greve nacional dos petroleiros contra as demissões, privatizações e desnacionalizações, o Congresso se limitou a aprovar uma moção de apoio. A manifestação, dentro do plenário, com a faixa “*Somos todos Petroleiros*”, se resumiu a se solidarizar com o movimento. Portanto, uma solidariedade passiva, pois, não foi aprovado nenhum chamado para as centrais e sindicatos convocarem um ato massivo em São Paulo.

A Corrente Proletária denunciou essa conduta e defendeu que a Apeoesp convocasse imediatamente uma assembleia, visando à unificação dos professores (que precisam derrotar a reforma da Previdência de Dória) com a luta dos petroleiros. Isso abriria o caminho para a greve geral de forma concreta, com a presença efetiva da classe operária.

Retrocesso nas posições educacionais

Os congressos anteriores eram marcados pelos discursos de rejeição às medidas governamentais no campo da educação, a exemplo do rechaço à reforma do Ensino Médio. Agora, a burocracia da Apeoesp se mostra mais claramente adaptada aos planos educacionais dos governos. A tese 1 diz ser favorável ao BNCC (Base Nacional Curricular Comum), dando um retoque de que a parte diversificada deveria ser por meio de um currículo plural. Chegou a defender, de forma velada, o projeto privatista do governo Doria/PSDB, que impôs o Inova. Disse que é contra o Inova, mas que é possível defender “um conteúdo diferente” nas disciplinas eletivas, como parte diversificada do currículo. Assim, persiste a velha política de remendar os projetos dos governos, que sucateiam a educação, e avançam na entrega do ensino público às redes privadas.

A maioria dos delegados, controlados pela burocracia, acabou aprovando essa linha, contrária aos interesses gerais do professorado, que luta contra o desemprego e subemprego, impostos com os projetos dos governos. Novamente, erraram os setores de Oposição, que se limitaram a denunciar o Inova, PEIs, etc., e não travaram um combate à política conciliadora da tese 1. Permitiram que os burocratas se colocassem como salvadores dos empregos, com a “negociação” em torno à atribuição de aulas do Inova a todos os professores, independentemente de não terem feito o curso do governo.

Tese 1 – procura o caminho da conciliação de classes

Depois do golpe de Estado, de 2016, que derrubou o governo do PT, Dilma Rousseff, e instalou a ditadura de Temer, que preparou as condições para a eleição do governo direitista de Bolsonaro, a burocracia viu interrompida sua política de conciliação de classes. Temer aprovou a reforma trabalhista, e Bolsonaro, a reforma da Previdência, recusando uma negociação com os sindicatos vinculados

ao PT. Os dirigentes sindicais, assim, procuraram, pela via das emendas parlamentares da oposição, restabelecer a política de conciliação de classes, mas sem êxito. Agora, com a reforma da Previdência de Dória, a direção da Apeoesp, por meio dos parlamentares do PT e PSOL, busca amenizar os duros efeitos dessa reforma para o funcionalismo. Para isso, tem recorrido ao método da judicialização, ao invés da mobilização unitária de rua.

No Congresso, procurou arrastar setores da oposição, com o falso discurso de que é preciso a unidade, para um plano de luta, que se resumiu ao calendário formal de datas de mobilização. Como dissemos, sua política é a de “desgastar” o governo Bolsonaro, visando tão somente às eleições de 2022. Em São Paulo, repete o mesmo, também se preparando para retornar à prefeitura da capital. Por trás dos acordos ocorridos no Congresso, estão as alianças eleitorais com os partidos reformistas de vários matizes, como o PSOL. Está aí por que procura a unidade com setores da oposição, mais diretamente ligados à política eleitoral.

Essa política é de derrota dos professores e dos explorados em geral. O terreno da burguesia (eleições é um deles), é de derrota. O capitalismo em sua fase de decomposição não pode conceder reformas progressivas aos trabalhadores. Ao contrário, vivemos a época das contrarreformas. E para defender a vida da maioria explorada só há um caminho: o da luta de classes.

Retomar a independência de classe

Os setores de oposição, que são vistos pelos professores como contrários à política da direção da Apeoesp (tese 1), erraram em assinar e votar um plano de lutas imobilista e voltado à política eleitoral e de conciliação de classes do PT. Já há algum tempo, a direção majoritária tem empurrado esses setores para a defesa de posições comuns, a exemplo do que vem ocorrendo nas assembleias e na luta contra a reforma da Previdência de Doria.

A adaptação desses setores tem levado a assumir condutas antidemocráticas nas subseções do sindicato, a exemplo de Itaquera, onde foi colocado o critério burocrático da CUT para eleger os delegados ao congresso da Apeoesp.

A Corrente Proletária criticou a sujeição de setores da oposição à política da direção petista. E chama os lutadores a rejeitarem essa conduta, e a se colocarem no campo da independência de classe e no fortalecimento de uma Oposição verdadeiramente de luta de classes, de combate ao capitalismo (raiz da miséria e pobreza dos explorados) e defesa do socialismo.

PCO, um serviçal do PT

Desde o momento do golpe de Estado, o PCO se voltou abertamente para a defesa do PT. As bandeiras de “*Contra o golpe*” e “*fica Dilma*”, “*eleições com Lula*” e a campanha do “*Lula livre*” são exemplos da adaptação dessa corrente, que se reivindica do trotskismo, para o reformismo petista.

No Congresso, bem como na plenária da CUT, o PCO combateu a política do POR de defesa da ação direta e da derrubada das contrarreformas pela via da greve geral. Procurou caracterizar essa posição como de “anarcosindicalista”. Também, no Congresso, foi a corrente que combateu a concepção marxista da educação, defendida pela tese da Corrente Proletária. Apoiou-se na despolitização de delegados para argumentar de que se tratava de um “*modelo ultrapassado de educação*”. Isso para concluir defendendo a concepção reformista da tese 1, de “*escola pública e de qualidade social*”. Sem se referir ao avanço da privatização e da necessária luta pela estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle operário e de quem estuda e trabalha.

Conclusões

A Corrente Proletária (tese 2) contou com um número reduzido de delegados. Pesaram os critérios burocráticos, e o adiamento do Congresso para o início do ano letivo,

ainda distante da capital. No entanto, lutou nos grupos para que suas posições fossem discutidas no plenário, mas também esbarrou no regimento antidemocrático que estipula critérios e delimita tempo de cada plenária.

No Congresso, interveio com o Manifesto e a banca com jornais e publicações. Atuou, fundamentalmente, em defesa da independência de classe dos sindicatos diante da política burguesa, combateu a política eleitoralista do PT e seus aliados, e se colocou pelo método da luta de classes para derrotar o plano antinacional e antipopular dos governos. O seu plano de luta fazia a vinculação das reivindicações imediatas (transitórias) com a estratégia da tomada do poder e instauração de um governo operário e camponês.

A Corrente Proletária chama os lutadores a se colocarem nesse terreno, que é próprio dos explorados. Chama a construir uma Fração Revolucionária no seio do magistério, que impulse o fortalecimento de uma Oposição, que tenha como programa o combate ao capitalismo decadente, seus governos burgueses entreguistas e a burocracia sindical reformista. Que defenda as reivindicações mais sentidas da classe junto com as transitórias com o método a luta de classes. Que combata o corporativismo e desenvolva a unidade com os demais trabalhadores. Que os sindicatos seja instrumentos auxiliares da luta pelo fim do capitalismo e pela instauração da sociedade socialista.

Manifesto da Corrente Proletária na Educação ao Congresso Estadual da Apeoesp

Aos delegados(as),

Companheiros, é preciso que o XXVI Congresso da Apeoesp / VII Conferência de Educação façam um severo balanço das contrarreformas aprovadas pelos governos e, sobretudo, da atitude das direções diante dessa ofensiva dos capitalistas. Há ainda várias medidas de flexibilização capitalista do trabalho esperando para serem aprovadas, e precisamos estar preparados para enfrentá-las.

Os governos têm atacado direitos históricos dos trabalhadores, descarregando o peso da crise do capitalismo sobre os ombros dos explorados. Dentre as várias medidas aprovadas, as mais duras foram, sem dúvida, as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Mas, ainda há uma extensa lista de ataques sendo preparada pela burguesia, com as reformas administrativa e tributária. Os alvos principais são a estabilidade do funcionalismo, quinquênio, sexta-parte e outros direitos, além do congelamento das promoções e a proposta de diminuição da jornada com di-

minuição de salário. Tudo isso vem a somar com o altíssimo nível de desemprego e o arrocho salarial.

As massas demonstraram uma enorme disposição de luta, como se pôde verificar nas duas greves gerais, de 2017 e 2019. Só não puderam avançar, devido ao freio imposto pela frente burocrática composta pelas direções das centrais e dos principais sindicatos do país. A tarefa que foi colocada era a de enfrentar as medidas patronais com a greve geral por tempo indeterminado, porém, a frente burocrática desviou o combate para o campo das emendas parlamentares. Não há outra forma de caracterizar essa ação, a não ser como traição!

Para piorar o quadro, nos estados, os governadores estão desdobrando a reforma da previdência, modificando para pior os sistemas próprios de aposentadoria e atacando outros direitos. Cabe uma menção especial, nesse ponto, ao papel sujo jogado pelos governadores do chamado “campo progressista”, os petistas Camilo Santana (CE), Fátima Bezerra (RN), Rui Costa (BA) e Wellington Dias (PI), além do Flávio Dino (PCdoB, Maranhão). Todos eles têm aplicado os planos “de ajuste” ditados pelo capital financeiro e pelo governo Bolsonaro, o qual, durante as eleições e em discursos mais inflamados, foi e ainda é tachado de “fascista”.

Enquanto isso, os professores seguem padecendo de todo tipo de problemas, sendo o principal deles o profundo arrocho salarial. Em São Paulo, a experiência tem se encarregado de demonstrar o erro da direção da Apeoesp ao depositar todas as fichas na judicialização da disputa com o governo. No chão de escola, os 10,15% já viraram motivo de chacota. Restou apenas a memória da fotografia vergonhosa da presidente do sindicato ao lado do então governador Márcio França e da ministra do Supremo, Carmen Lúcia, em audiência no STF sobre o reajuste. O fato é que as perdas acumuladas em todos esses anos de congelamento salarial são imensas.

O mesmo erro de confiar na luta por dentro das insti-

tuições burguesas prossegue na atual conjuntura. A direção tem alimentado a ilusão na possibilidade de barrar a reforma da previdência do Doria através das liminares e ações judiciais. Chegou a fazer demagogia em torno do adiamento da votação na Alesp, dizendo que havia sido uma “vitória da luta”, quando todos sabem que a mobilização no final do ano passado foi pífia. A contrarreforma não foi votada por uma combinação de fatores, entre eles a disputa interburguesa ao redor dos impactos sobre os orçamentos municipais, etc.

Já no começo deste ano, veio a agonia do processo de atribuição de aulas. Como tem sido há muito tempo, os professores categoria F e O tiveram que batalhar nas Diretorias de Ensino para conseguir pegar aulas. A novidade foi o rechaço ao Inova SP, demonstrado pela dificuldade do governo para atribuir as aulas do Programa, chegando ao ponto de permitir até quem não tinha feito o curso de formação assumir as turmas – revelando, por sua vez, a farsa do tal “curso”. O professorado já se convenceu que o Inova SP é só mais um programa demagógico, como os muitos outros que o antecederam. Na prática, as escolas continuam sucateadas, os estudantes esquecidos e os trabalhadores abandonados à própria sorte.

E aqui está o aspecto fundamental, sobre o qual este Congresso precisa se debruçar: o sucateamento da Educação atinge em cheio os trabalhadores e a juventude oprimida. O país tem padecido com o avanço da barbárie capitalista. Cresce a violência, em suas múltiplas formas, como a fome e o desemprego. Uma pesquisa recente demonstrou o crescimento avassalador do número dos moradores sem-teto. O aumento das tarifas de transportes comprime os salários e se soma ao aumento geral do custo de vida. Já são cerca de 11 milhões de jovens que nem estudam, nem trabalham. Está aí um fabuloso potencial humano desperdiçado pelo capitalismo em decomposição.

Está na hora de superar os equívocos cometidos, em particular a política de conciliação de classes aplicada pe-

las direções, e trabalhar para colocar em pé a greve geral. As centrais e principais sindicatos, aí incluída a Apeoesp, precisam rejeitar o calendário formal aprovado na plenária do Congresso Estadual da CUT, aprovando um verdadeiro plano de combate às contrarreformas, em defesa dos empregos e dos salários. A aprovação de um “Dia Nacional de Mobilização” (18 de março), restrito ao funcionalismo, tal como foi aprovado pela CUT, não será capaz de reverter o quadro de ataques que temos sofrido. O caminho do pacifismo, da pressão parlamentar e do eleitoralismo só pode ter como fim a derrota dos trabalhadores.

É preciso que a classe operária tome a frente da paralisação geral, parando a produção. Somente com o método da ação direta conseguiremos impedir o avanço da direita reacionária e seus planos antipopular e antinacional. É urgente a construção de uma greve geral por tempo indeterminado, partindo das reivindicações de defesa do emprego e do salário, que possibilitam a mais ampla unidade. A Corrente Proletária na Educação defende que os oprimidos tomem esse plano de luta como ponto de partida, em choque com o Estado burguês, e aponta a necessidade de fazer a ponte com o programa geral de destruição do capitalismo e construção do socialismo, instaurando um governo operário e camponês a partir da revolução proletária.

Tese da Corrente Proletária na Educação

Enfrentar a decomposição da educação com o programa proletário

Embora não se deva confundir o sindicato com o partido, um congresso armado para a luta tem de se posicionar em favor da estratégia classista, revolucionária. No Congresso da Apeoesp, comparecerão duas linhas opostas: a reformista, tendo à frente o PT e aliados; e a classista, que trabalha desde já para que os sindicatos sejam auxiliares na luta pela derrocada do capitalismo e implantação do socialismo. Chamamos os companheiros(as) a se posicionarem em favor da política revolucionária.

I. Conjuntura Internacional

Diante da situação mundial, ressaltamos cinco pontos:

- 1) A dificuldade da burguesia de estancar a crise econômica, iniciada em 2008. As saídas promovidas pelas potências para conter a crise – estatização das dívidas dos monopólios, bancos, montadoras etc. – têm sido limitadas. Já se passou uma década, e a retração econô-

mica continua, com períodos de recessão, estagnação e baixo crescimento em toda a parte. A contradição entre as potencialidades das forças produtivas e as relações monopolistas, inerente ao capitalismo, está na base das crises de superprodução e tende a avançar gerando crises cada vez mais profundas e extensas, como essa que estamos vivendo. O que evidencia que não há saída por parte da burguesia, porque todas estão assentadas na preservação da propriedade privada dos meios de produção e nas fronteiras nacionais.

- 2) A política de Trump está voltada a aguçar a guerra comercial, tendo a China como seu principal alvo, na tentativa de frear as tendências de desindustrialização, lei econômica da fase imperialista do capitalismo. O nacionalismo trumpista baseia-se em barreiras protecionistas, substituindo a política multilateralista anterior, colocando-se como fonte de constante conflito entre as potências e alavancando o intervencionismo bélico. O governo Trump expressa, assim, as tendências militarizantes e fascizantes da situação mundial. Não por acaso, Bolsonaro alinha o Brasil a essa fração do imperialismo.
- 3) A América Latina é alvo do intervencionismo norte-americano. A ofensiva de Trump, apoiando a oposição burguesa, Guaidó, para derrubar o governo Maduro continua vigente. A defesa da autodeterminação da Venezuela se materializa na luta contra a ação do imperialismo. Nesse sentido, é preciso se colocar ao lado de Maduro, sem se confundir com a defesa do nacionalismo burguês do governo chavista. Daí a importância da defesa do programa e da estratégia da revolução social, porque somente um governo operário e camponês poderá pôr fim a opressão nacional e conquistar a independência da Venezuela.
- 4) A vitória eleitoral de Bolsonaro se deu como parte do esgotamento de um ciclo de governos nacional-reformistas na América Latina. Os golpes de Estado no Brasil,

Paraguai e Honduras foram ditados desde fora e não encontraram forte resistência das massas oprimidas. A substituição por governos francamente pró-imperialistas foi a via do capital financeiro para impor o colarinho de medidas de ajuste fiscal, que descarregam pesadamente sobre os ombros dos explorados. A eleição de Lopez Obrador, no México, a possibilidade de reeleição de Evo Morales e retorno de Cristina Kirchner se dão nas condições de agravamento da crise econômica e na maior adaptação do nacional-reformismo à política imperialista. O que mostra que o capitalismo na sua fase de decomposição não comporta reformas democrático-populares, como prometem os governos nacional-reformista. Portanto, nessa fase do capitalismo, todas as reformas são reacionárias.

- 5) Não há como a burguesia impor medidas draconianas contra a vida dos explorados sem se chocar com a maioria oprimida. É o que se passa tanto nas potências como nos países semicoloniais, a exemplo da França, Argentina e Brasil. Ao mesmo tempo que recrudescer o autoritarismo dos governantes, cresce a luta de classes. Daí a importância de combater as ilusões em torno da política nacional-reformista, expressão da política de colaboração de classes, e se colocar por impulsionar a tarefa de defesa das reivindicações vitais dos explorados, como ponto de partida, para avançar a luta em defesa do programa da revolução proletária, que tem como estratégia a derrubada do capitalismo e a implantação do socialismo, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Trata-se de uma tarefa fundamental em que os sindicatos serão instrumentos do partido revolucionário. A tarefa da vanguarda é a de lutar para constituir as organizações independentes, avançar os métodos da ação direta, fortalecer a democracia operária e, no combate, ir superando a crise de direção.

II. Conjuntura Nacional

Enfrentar o governo Bolsonaro e seu aliado Doria com os métodos da luta de classes

Após o golpe de Estado, que derrubou o governo constitucional de Dilma Rousseff, foi imposto um período de transição sob a ditadura civil de Temer até as eleições de outubro de 2018. Bolsonaro foi eleito com o apoio da burguesia contra a volta do PT ao poder do Estado. É fruto do golpe institucional. Trata-se de um governo com características bonapartistas, uma ditadura policial.

O governo Bolsonaro se apoia no capital financeiro e no agronegócio. Foi eleito para cumprir a tarefa de impor os planos antinacional e antipopular. Pelo caráter francamente pró-imperialista, se alinhou às diretrizes de Trump, o que tem provocado atritos com frações da burguesia nacional. Por meio do ultraliberal, ministro Paulo Guedes, pretende pôr em ação um amplo programa de privatização e desnacionalização, exigência dos credores da dívida pública e dos monopólios. No entanto, o baixo crescimento econômico, próximo da recessão, tem impossibilitado a estabilização de sua governabilidade. A crise política tende a se aprofundar como expressão da crise econômica.

As medidas de Bolsonaro, Guedes e o Congresso Nacional são de profundo ataque à maioria da população. A reforma da previdência, os brutais cortes de recursos à educação e a outros setores essenciais e os altos índices de desemprego, têm deslocado uma parcela dos explorados, que apoiava o governo, a rejeitá-lo. E a saírem às ruas, a exemplo das jornadas de maio, a greve geral de junho e as manifestações de 13 de agosto. Esse é o caminho para enfrentar as reformas e os planos privatistas do governo direitista.

O governo Bolsonaro e seu aliado Doria espelham as tendências autoritárias, ditatoriais, militaristas e fascis-tizantes da classe burguesa e da camada alta da classe média. As greves e manifestações espelham as tendências

revolucionárias dos explorados. Essa é a tendência de luta que devemos potencializar. Partir das reivindicações vitais dos explorados, combater as medidas e reformas dos governos e defender a estratégia própria de poder da classe operária, que é a do governo operário e camponês.

III. Sindical

Defender a independência dos explorados

O golpe de Estado, a ditadura civil de Temer e o governo ditatorial e militarista de Bolsonaro visaram e visam a romper com a política de conciliação de classes dos governos petistas. Durante 13 anos, foi posta em prática a concepção reformista de “governo democrático e popular”, assentado na “democratização do Estado”, no “desenvolvimento econômico sustentável”, na “distribuição de renda” e na “inclusão social”. Nesse período, a estatização dos sindicatos e a colaboração de classes foram os pilares da governabilidade petista.

A política do PT comprometeu a independência de classe dos explorados. Por meio da política de conciliação de classes, as exigências das multinacionais e flexibilização capitalista do trabalho foram impostas. A redução da jornada com a diminuição dos salários, o lay-off, a terceirização e as mudanças nas regras de aposentadoria e no seguro desemprego foram defendidas nas assembleias dos trabalhadores em nome do crescimento econômico e dos empregos. Algumas medidas favoráveis aos trabalhadores, como a recuperação do poder de compra do salário mínimo, foram limitadas. Com a crise econômica mundial veio abaixo a política de conciliação de classes. O governo do PT, não tendo como aplicar um plano tão duro quanto o exigido pelo capital financeiro, foi derrubado pelo golpe de Estado. Reafirmamos que o período de colaboração de classes resultou em retrocesso das lutas e comprometeu a independência de classe dos explorados.

A ditadura civil de Temer e o governo de características bonapartistas de Bolsonaro recrudesceram os ataques

a antigas conquistas da classe operária e demais explorados. Os cortes orçamentários, as reformas trabalhista e previdenciária atingem frontalmente o proletariado e a pequena-burguesia. A burguesia necessita tirar dos trabalhadores para proteger o capital parasitário.

Derrubar as reformas para derrotar o governo

A derrota do governo Bolsonaro e seu plano antinacional e antipopular se dará pela luta de classes. A política nacional-reformista do PT e aliados servirá para prolongar o governo ditatorial militarista. A maioria das direções sindicais procura a via do restabelecimento da política de conciliação de classes. O descontentamento dos explorados - manifestado na greve geral de 28 de abril de 2017, nas manifestações de maio de 2019, na greve geral de 14 de junho e nos protestos de 13 de agosto - foi desviado para a chamada pressão parlamentar, alimentando a ilusão de que era e é possível amenizar os efeitos das violentas medidas. As burocracias sindicais se negaram e se negam a convocar a greve geral, não estão dispostas a se chocar abertamente com o Congresso Nacional e o governo.

A oposição parlamentar, PT e aliados, usou a disposição de luta das massas para tão somente desgastar Bolsonaro e, assim, preparar o terreno para as disputas eleitorais do próximo ano. Sua política é a de constituição de uma “frente ampla democrática”, para reconstituir o governo de conciliação de classes. Daí o papel das burocracias sindicais no amortecimento da luta direta. A política de “desidratar” as reformas trabalhista e previdenciária levou a derrota para os trabalhadores. Foi uma traição da burocracia sindical.

A vanguarda consciente tem de tomar em suas mãos a defesa das condições de vida das massas, rechaçar a política colaboracionista das direções burocratizadas e corrompidas pela política burguesa e travar a luta pela organização independente dos explorados.

IV. Educação

Rechaçar a política privatizante e obscurantista de Bolsonaro. Combater a política democratizante do PT e aliados.

Faz parte da diretriz privatista e desnacionalizadora, os cortes ao ensino público e adoção de medidas como Future-se, Inova, ampliação da educação a distância, eliminação do Prouni, fim da estabilidade aos professores concursados, extinção da limitada autonomia financeira das universidades e implantação da reforma do ensino médio. Compõe esse conjunto, a intervenção repressiva à liberdade de ensino, reunião e manifestação política. A orientação obscurantista religiosa e ideológica se manifesta na “Escola sem Partido”, implantação de escolas militares, imposição da religião no currículo escolar etc.

A política educacional dos governos petistas procurou combinar o ensino público com o privado, que inclui o confessional. A coexistência dos dois sistemas permitiu subsidiar o acesso de uma camada da classe média empobrecida e de uma parcela dos filhos da classe operária ao ensino superior privado, pela via do Prouni, cotas e Fies. No entanto, a gigantesca dívida pública e os interesses do capital financeiro obrigaram o governo do PT também a cortar recursos da educação pública. Assim, não pôde cumprir sua promessa de aplicar os 10% do PIB à educação. Diante da orientação bolsonarista, a política do PT e dos sindicatos que estão sob seu controle é a de retomar a política do governo “democrático e popular”, sob as bandeiras de “10% do PIB à educação”, “democracia nas escolas”, fim da “Escola sem Partido” e outras. Pretendem restabelecer a política de conciliação de classes, recuperando o poder do Estado pela via das eleições.

Nenhum governo burguês, seja de direita ou reformista, poderá enfrentar a diretriz privatista e desnacionalizadora, ditada pelo imperialismo. A coexistência entre o ensino público e o privado acaba irremediavelmente fortalecendo este último. A tarefa de defesa do ensino público está liga-

da à luta pelo fim do sistema capitalista. É uma luta a ser travada desde já. É pela via da defesa das reivindicações fundamentais dos trabalhadores da educação e estudantes, do método da luta de classes, que uma vanguarda avançará para o objetivo estratégico da revolução social.

Responder à ofensiva governamental, empunhando o programa proletário para a educação

A situação da educação pública é catastrófica. O que se ensina nada tem a ver com as necessidades dos estudantes. Boa parte não conclui sequer o fundamental II. Não por acaso, os índices de evasão são calamitosos. A juventude pobre que precisa do trabalho se vê obrigada a abandonar os estudos em função da jornada estafante, que impede combinar a escola com o trabalho. Os cursos noturnos, que inclui a EJA, estão fechando, ora pelas condições dos estudantes, ora pelos critérios estabelecidos pelas diretorias de ensino (a exemplo do georreferenciamento), ora pelo conteúdo enfadonho das aulas. Soma-se a isso, as condições físico-mentais dos professores, que carregam o peso de ter de trabalhar em várias escolas e redes de ensino.

Essa trágica realidade não poderá ser erradicada por nenhum governo burguês. A raiz da decomposição da educação se encontra na separação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, em cuja base estão as relações capitalistas de exploração do trabalho. Distintos governos, de diferentes matizes ideológicas, impuseram reformas educacionais, mas logo fracassaram no objetivo de ampliar o acesso, erradicar a evasão e efetivar a aprendizagem. Não tocaram no ensino privado. Ao contrário, fortaleceram a privatização, a desnacionalização e puseram em marcha o EaD.

É fundamental compreender que, nos marcos do capitalismo, não é possível resolver a tarefa democrática de acesso universal em todos os níveis, a permanência e a conclusão dos estudos. No capitalismo, a tendência é de

avanço da mercantilização da educação. No entanto, é nesse mesmo marco que se começa a luta em defesa de uma nova escola. Está aí a importância de se desenvolver o programa proletário para a educação, que vincula o ensino ao trabalho, que parte do pressuposto da íntima relação entre trabalho e ensino a todos, e entre a teoria e a prática. A bandeira “Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola” sintetiza a luta contra o desemprego, o subemprego, a discriminação no acesso à escola e o fim da evasão escolar.

Defesa do ensino público vinculado à produção social

As saídas dos governos é reduzir o sistema público e agigantar o sistema privado de educação. Só não ganhou ainda grandes proporções na educação básica porque milhões de famílias dependem da escola pública. São famílias que vivem com baixos salários, enfrentam o desemprego e o subemprego. A única alternativa, assim, é a escola pública. Mesmo nessas condições, os planos da burguesia e de seus governos são de cortes de recursos para a rede pública e de avanço da privatização na educação básica, pela via do EaD, parcerias público-privadas, terceirização dos serviços escolares e materiais didáticos. Os programas como Inova, etc. fazem parte dessa mesma estratégia.

A política dos reformistas, por sua vez, não pode ir às últimas consequências na defesa da educação estatal. Como admite a coexistência dos dois sistemas, pretende disciplinar o privado por meio de leis regulatórias para limitar o poder das empresas educacionais, na tentativa de reduzir a sua voracidade mercantil.

É necessário rechaçar a posição burguesa antidemocrática de garantia da coexistência do público com o privado. E defender o sistema estatal único, vinculado à produção social. Portanto, um programa democrático, que os governos burgueses, mesmo os mais reformistas, não podem implantar. Isso por que implica a expropriação, sem indenização, do sistema privado e a sua estatização, sob o con-

trole operário. O sistema único, estatal, é um importante passo para colocar a escola sob o controle de quem estuda e trabalha. Essa transformação é parte da tarefa de garantir a todos a escola pública voltada ao desenvolvimento das forças produtivas e da elevação cultural das massas. A luta pela estatização do ensino privado se choca com os interesses privatizantes da burguesia nacional e imperialista. A destruição da escola de classe é parte da luta pela transformação da sociedade capitalista e a instauração do socialismo. Trata-se de uma luta anti-imperialista, sob o programa revolucionário do proletariado.

Diante do obscurantismo, defender a escola científica

Desde sempre, as igrejas têm suas próprias redes de ensino (confessional), tão mercantil quanto a dos empresários. Recebem subsídios do Estado e pressionam para que o ensino religioso faça parte do currículo das escolas públicas. Só formalmente a burguesia separou a religião do Estado e adotou o caráter laico da educação. O governo Bolsonaro, avesso à escola científica, tomou em suas mãos a tarefa de introduzir a religião na educação básica. Não por acaso, a orientação do MEC é a de implantar a concepção religiosa do mundo e erradicar os conhecimentos que têm por base o materialismo, ainda que compareçam completamente distorcidos. A educação bolsonarista é anticientífica, obscurantista e impregnada de preconceitos e dogmas. O governador de São Paulo segue a orientação de Bolsonaro, ampliando o culto à religião no ambiente escolar.

É nossa tarefa derrotar ideologicamente e na prática a educação do governo Bolsonaro. O que significa defender a estatização das escolas confessionais e rejeitar a implantação da religião nos currículos. O que será possível erguendo a luta nacional pela educação laica, científica, expressão da concepção materialista do mundo e dos fenômenos sociais.

V. Opressões

Enfrentar com o programa proletário toda forma de opressão

Estamos entre aqueles que defendem que as discriminações, os preconceitos e as suas violentas consequências se originam da opressão de classe. É necessário compreender que a opressão sobre a mulher, negro, índio e homossexual nasce das relações de exploração do trabalho e da dominação de um punhado de potências imperialistas sobre as nações oprimidas. E que a erradicação virá no combate ao capitalismo, raiz de toda sorte de opressão. Ao contrário, quanto mais afastados das causas fundamentais estejam as explicações e respostas à violência sobre a mulher, o negro, o índio e o homossexual, mais distante se coloca o movimento de alcançar o objetivo de eliminação das discriminações e preconceitos.

A tese de que tais opressões transcendem as classes, e têm causas e soluções próprias, obscurece e desvia a luta pela emancipação da mulher, erradicação do racismo e superação da homofobia. É inevitável que esse desvio acabe por separar e compartimentar os movimentos e organizações. Uma espécie de corporativismo pseudo teórico e prático tem caracterizado a luta contra as opressões, na forma de movimentos separados das mulheres, negros, índios e homossexuais.

A política hegemônica consiste em negar a opressão de classe sofrida pela mulher, substituindo-a por opressão de “gênero” e “machismo”. O racismo, por sua vez, é tido como consequência particular de uma cultura e ideologia raciais da dominação branca. O mesmo se aplica à questão indígena. A homofobia, por sua vez, é tomada como uma particularidade da ideologia e da cultura. A crítica cultural e ideológica em si mesma não se sustenta. Torna-se reacionária, quando nega o fundamento de classe das opressões. Serve ao reformismo pequeno-burguês e burguês, que apregoa as soluções nos marcos do capitalismo.

É fundamental revelar a fonte de classe de toda forma de

opressão e identificar as formas particulares de violência, como parte da violência geral que é própria de qualquer dominação do homem pelo homem. É por essa via que a resposta às condições de discriminação e preconceito se vincula ao programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

VI. Balanço político do movimento e da direção

Partimos de três pontos: 1) a luta contra a reforma da previdência; 2) a reposição salarial; 3) as medidas governamentais contra a educação e a vida dos professores. Como agiu a direção da Apeoesp e as consequências junto ao professorado. O ponto central está em que a grande maioria da diretoria e do Conselho Estadual é defensora da política reformista do PT e aliados. Propagandeia a “democratização do Estado”, a “democracia” burguesa, a mudança na correlação de forças no Congresso Nacional e em outros poderes legislativos por meio da eleição de candidaturas comprometidas com o “desenvolvimento econômico sustentável”, a “educação inclusiva e transformadora”, o combate a opressão pela via da “educação”, “legislação” e “punição” e outras medidas e ações da mesma natureza. No entanto, essa política fracassou com a experiência de mais de 13 anos de governo do PT. Agora, com o golpe e a eleição de Bolsonaro, essa direção quer retomar essa experiência, que considera inconclusa.

Desde o golpe de 2016, a direção atuou na frente única sindical contra as reformas trabalhista e previdenciária. Fez campanha pela greve geral de abril de 2017 e junho de 2019. Mas acabou fazendo coro com a política das centrais de fortalecer a chamada “pressão parlamentar”, desviando o descontentamento dos professores para as ações no Congresso Nacional. Durante quase todo o ano de 2018, usou o sindicato para a campanha presidencial de Haddad, seguida do slogan de “Lula Livre”. Em nome da democracia contra o fascismo, alimentou ilusões eleitorais, desviando do eixo da luta direta. E o resultado está aí. As reformas de

Temer e Bolsonaro foram aprovadas.

Em relação à reposição salarial, a diretoria não fez senão iludir uma parcela do professorado de que era possível arrancar os 10,15% pela via da justiça. As assembleias foram escassas e quando ocorreram não estiveram sob a defesa da reposição salarial por meio da organização grevista. O resultado está aí: os salários arrojados e o governo Doria livre da pressão direta do professorado.

No que se refere às medidas educacionais, e foram muitas, a direção recuou no combate à reforma do ensino médio, limitou-se a denunciar o fechamento de salas de aula, não travou uma dura batalha contra o Inova, MMR e outras medidas privatizantes de Doria. O resultado está aí: a reforma está em vias de ser implantada, nunca se fechou tanta sala de aula e os projetos privatistas vão sendo impostos sem a reação coletiva e organizada dos professores.

As consequências dessa política limitada ao denunciismo se materializam no imobilismo do professorado. O descontentamento expresso na gigantesca assembleia de final de março e nas manifestações de 15 e 30 de maio, na greve geral de 14 de junho e no ato de 13 de agosto foi desmontado pela ausência de uma política ofensiva por parte da direção da Apeoesp, convocando assembleias, organizando as plenárias juntamente com o funcionalismo e dando continuidade à greve geral de junho, ou seja, exigindo que as centrais convocassem imediatamente nova greve, mais poderosa para derrubar a reforma da previdência. Ao contrário, não se colocou contra a política de “desidratar” a reforma pela via de emendas parlamentares e se omitiu diante da negociata em torno à aposentadoria dos professores no Congresso Nacional. Alimentou a ilusão de que os professores foram protegidos, quando na realidade se trata de perdas.

Reafirmamos que a política reformista na condução da Apeoesp é um obstáculo na luta pela independência do sindicato, o que impede a elevação da consciência de

classe dos professores. O objetivo de impulsionar o PT para retomar o poder do Estado faz com que o sindicato esteja inteiramente submetido à essa orientação. Assim, as instâncias de decisão (conselhos, assembleias e congressos) acabam sendo instrumentos para levar a frente esse objetivo.

A tarefa da vanguarda está em construir uma direção classista para a Apeoesp. Daí a defesa da democracia sindical em todas as suas instâncias. A luta contra a burocratização e o combate à política de conciliação de classes devem ser bandeiras imprescindíveis na construção de uma direção classista e revolucionária.

VI. Plataforma de luta e campanhas

Dessas teses decorrem:

- 1) Combater o governo burguês, francamente pró-imperialista, ditatorial, militarista e fascistizante de Bolsonaro, com as reivindicações dos explorados e método da luta de classes;
- 2) Enfrentar a política antinacional e antipopular por meio da luta anti-imperialista, constituindo uma frente única anti-imperialista;
- 3) Derrubar as reformas trabalhista e previdenciária, exigindo das centrais a greve geral, mais forte e melhor organizada. Defender um único sistema de previdência, estatal, sob o controle operário;
- 4) Responder aos ataques da burguesia e de Bolsonaro à educação, com o programa de expropriação do ensino privado, estatização sem indenização, e constituição de um sistema único, público, vinculado à produção social;
- 5) Combater as escolas de tempo integral e a reforma do ensino médio, por serem discriminatórias, privatizantes e falaciosas. Fim de todo trabalho terceirizado no interior das escolas. Efetivação dos trabalhadores terceirizados;
- 6) Lutar pela derrubada de todas as leis que dividem o

professorado. Defender a estabilidade aos professores contratados, por meio da efetivação de todos que estão trabalhando. Nenhum professor desempregado ou subempregado. Defesa da escala móvel das horas de trabalho. Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. Levantar a bandeira da escala móvel de reajuste. Que o piso do professorado não seja inferior ao salário mínimo vital, calculado pela assembleia. Exigência de salas de aulas com no máximo 25 alunos;

- 7) Defender a livre expressão, o direito de manifestação e organização política no interior das escolas. Fim do patrulhamento dos coordenadores pedagógicos;
- 8) Enfrentar a ofensiva das igrejas sobre a educação e a militarização das escolas. Defesa do ensino científico em contraposição ao obscurantismo religioso;
- 9) Responder às opressões com a política do proletariado. Unificar os movimentos sob um só programa de combate ao capitalismo;
- 10) Trabalhar efetivamente pela unidade dos explorados e da juventude oprimida, por meio da luta pelas reivindicações de emprego, salário e defesa dos direitos. Contra o divisionismo sindical. Por uma única central, classista e democrática;
- 11) Desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária – governo operário e camponês –, que corresponde à revolução social;
- 12) Defesa do socialismo, como via para a solução das tarefas democráticas do país semicolonial e para a superação da pobreza e elevação cultural das massas.

VII. Estatutos

Supressões e adendos

- 1) Incluir nos estatutos a liberdade irrestrita de manifestação do professorado, tanto nas Assembleias, Conselhos, Congressos;
- 2) Extinguir todos os mecanismos (regimentos) que impedem que professores eleitos para o Conselho de Repre-

sentantes, se posicionem nas reuniões. Fim das cotas por correntes políticas. Direito de todos os conselheiros de manifestarem suas ideias, ou de sua região, nas reuniões;

- 3) Defesa dos Congressos democráticos. Incluir no estatuto a eleição de delegados nas escolas. Fim dos Congressos de “mesas de debates” e festivos. Que as teses sejam conhecidas pelos professores, publicadas em caderno e enviado às escolas, para que os professores tenham conhecimento das diferentes posições que atuam na Apeoesp;
- 4) Fim do caráter de filtro dos Encontros Regionais preparatórios ao Congresso;
- 5) Defesa da proporcionalidade direta para as eleições e outras instâncias da Apeoesp, de acordo com os votos obtidos por cada chapa (sem cortes);
- 6) Incluir a defesa da contratação direta de todos os funcionários do sindicato, que inclui o departamento jurídico. Defesa do trabalho igual, salário igual, princípio democrático. Abolir o trabalho terceirizado.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org
